

# Hora de decisão

ALBANO FRANCO

**A**s medidas adotadas pelo governo — redução da taxa básica de juros, desoneração tributária etc. — com vistas à retomada do crescimento da economia até o momento não surtiram efeito. O encolhimento da produção industrial de 3,5%, até setembro, com destaque para o setor de máquinas que decresceu 8,5% nos últimos 13 meses, acende o sinal amarelo para a repetição de baixo crescimento em 2013. O modelo lastreado no consumo está temporariamente esgotado em razão do forte endividamento das famílias, estimado em 30% da renda, além da alta inadimplência que no primeiro semestre foi 19% superior ao mesmo período de 2011. E, sem demanda crescente, o investimento induzido não acontece, ou seja, os empresários adiam seus planos de ampliar a produção. Em situações como essa, de tendência à estagnação, cabe, então, ao governo, por meio do investimento autônomo, na infraestrutura, promover a expansão da renda e elevar a competitividade pela melhoria da eficiência na logística.

Ocorre que são parclos os recursos orçamentários para investimento na infraestrutura, menos de 5%, já que o

grosso da despesa pública está direcionado para a manutenção da burocracia e dos programas sociais. Resta, então,

estimular a iniciativa privada a

investir em logística. É o que o

governo vem

procurando fa-

zer, primeira-

mente com a

concessão dos

aeroportos de

Brasília, Campi-

nas e Guarulhos.

Aguarda-se para

os próximos dias

um novo pacote de concessões de aeroportos, portos e rodovias que será ofertado por meio de leilões que, espera-se, sejam capazes de atrair o maior número de investidores, especialmente os mais habilitados.

Convém chamar a atenção para a geração de energia, gargalo a ser equacionado, já que para crescer 4% ao ano o país vai ter que gerar a mais, a cada ano, cerca de 4 mil megawatts. Os sucessivos apagões atestam o déficit energético. No Nordeste, este problema torna-se crucial, em virtude do esgotamento do potencial hidráulico do Rio São Francisco. A solução definitiva seria a geração termonuclear, parece que afastada ou temporariamente suspensa em face do tsunami que provocou o vazamento na usina de Fukushima, no Japão.

O maior impedimento ao crescimento sustentável da economia é, sem dúvida, a elevada carga tributária, ora em 36% do PIB, que reduz a competitividade, inibe investimentos e, consequentemente, a formação bruta de capital, atualmente na palidez de 18% do PIB, uma das menores dos países emergentes. Tornam-se inviáveis taxas continuadas de crescimento superiores a 2% ou 3%. Daí urgem mudanças na estrutura dos gastos públicos acompanhadas da eliminação de impostos incidentes sobre os investimentos e a produção.

O crescimento sustentável requer medidas desafiadoras, sem as quais continuaremos exibindo taxas medíocres e com riscos de comprometer a própria estabilidade econômico-financeira do país, conseguida a duras penas. •

*Albano Franco foi deputado federal, senador, governador de Sergipe, presidente da Confederação Nacional da Indústria e é conselheiro da Fiesp*

12 NOV 2012

O GLOBO